



**Demonstrações
Financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de
2016 e 2015

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

<u>Ativo</u>	Nota Explicativa	2016	2015		Nota	2016	2015
<u>Circulante</u>				<u>Passivo e Patrimônio Social</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.324.519,91	9.124.124,87	<u>Circulante</u>			
Alugueis a receber	5	160.475,06	410.751,44	Salários e encargos sociais	7	971.532,50	1.118.068,19
Outros ativos		20.548,45	115.455,09	Contas a pagar	8	419.320,19	774.675,70
Demais Contas a Receber		-	46.410,52	Impostos a pagar		10.990,38	2.478,51
		9.505.543,42	9.696.741,92	Passivo Circulante		1.401.843,07	1.895.222,40
				Patrimônio Social		9.384.076,38	9.384.076,38
<u>Não Circulante</u>				Superavit(Deficit) Acumulados		498.259,25	(442.365,23)
Imobilizado	6	1.665.520,90	2.080.816,21	Superavit(Deficit) do Exercício		(113.114,38)	22.329,14
		1.665.520,90	2.080.816,21	Outras Reservas		-	918.295,44
				Patrimônio Social	11	9.769.221,25	9.882.335,73
Total do Ativo		11.171.064,32	11.777.558,13	Total do Passivo e Patrimônio Social		11.171.064,32	11.777.558,13

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAVIT E DEFICIT DO PERÍODO - 31/12/2016 e 31/12/2015
(Em Reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas			
Receitas de Doações	12	6.312.963,10	5.783.198,57
Receitas Financeiras		1.106.321,49	1.034.212,51
Receitas de Aluguéis	12	2.676.529,68	3.536.341,68
Receitas de Trabalhos Voluntários	12	280.613,18	-
	Total das receitas	10.376.427,45	10.353.752,76
Despesas			
Prêmio Fundação Bunge		1.358.342,40	1.275.472,52
Centro de Memória Bunge		1.515.105,04	1.039.103,09
Semear Leitores - Voluntariado		1.402.349,14	1.543.720,01
Fundação Bunge 60 anos		-	468.430,69
Comunicação		712.966,16	678.333,21
Comunidade Integrada - Pará		1.034.502,00	712.482,17
Conhecer para Sutar		-	(2.152,18)
Comunidade Integrada - Tocantins		51.670,49	321.661,75
Despesas Gerais		4.057.849,35	3.101.786,29
- Depreciação e Amortização		433.295,33	407.299,92
- Gastos Administrativos	13	822.344,64	331.004,24
- Gastos com Pessoal	13	1.585.972,77	1.521.015,82
- Gastos com Tabalhos Voluntários	12	280.613,18	0,00
- Retrofit CENESP	13	935.623,43	842.466,31
Despesas Tributárias	14	322.041,62	94.545,36
Despesas Financeiras	14	2.114,04	9.393,43
Outras despesas operacionais		32.601,69	170.351,84
	Total das despesas	10.489.541,93	9.413.128,18
Superavit/(Deficit) do Exercício		(113.114,48)	940.624,58

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávits ou Déficits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	9.384.076,38	(442.365,23)	8.941.711,15
Superávit do exercício	-	940.624,58	940.624,58
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	9.384.076,38	498.259,35	9.882.335,73
Deficit do exercício	-	(113.114,48)	(113.114,48)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9.384.076,38	385.144,87	9.769.221,25

FUNDAÇÃO BUNGE
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício		(113.114,48)	940.624,58
Ajustes para reconciliar o superávit (Déficit) do exercício com caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação	6	433.295,33	407.299,92
		320.180,85	1.347.924,50
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Alugueis a receber		250.276,38	- 123.541,04
Demais contas a receber		141.317,16	- 128.426,21
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores - País e exterior		(355.355,51)	751.503,69
Salários e Encargos Sociais		(146.535,69)	50.955,55
Impostos a Pagar		8.511,86	(55.092,11)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		218.395,05	1.843.324,38
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	6	- 18.000,01	-
Disponibilidades líquidas (geradas) aplicadas nas atividades de investimento		- 18.000,01	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>200.395,04</u>	<u>1.843.324,38</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Início do exercício		9.124.124,87	7.280.800,49
Fim do exercício		9.324.519,91	9.124.124,87
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>200.395,04</u>	<u>1.843.324,38</u>

FUNDAÇÃO BUNGE
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS	6.312.963,10	5.783.198,57
Receitas de doações	6.312.963,10	5.783.198,57
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.797.070,91)	(5.880.375,68)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.797.070,91)	(5.880.375,68)
VALOR ADICIONADO BRUTO	515.892,19	(97.177,11)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(433.295,33)</u>	<u>(407.299,92)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELA ENTIDADE	82.596,86	(504.477,03)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.782.851,17	4.570.554,19
Receitas financeiras	1.106.321,49	1.034.212,51
Receitas de aluguéis	<u>2.676.529,68</u>	<u>3.536.341,68</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>3.865.448,03</u>	<u>4.066.077,16</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>3.865.448,03</u>	<u>4.066.077,16</u>
Empregados	2.657.744,53	2.452.462,14
Remuneração direta	2.119.172,88	1.956.889,62
Benefícios	369.254,79	297.176,82
F.G.T.S.	169.316,86	198.395,70
Tributos	915.205,34	583.477,16
Impostos, taxas e contribuições	915.205,34	583.477,16
I.N.S.S.	508.040,83	460.810,43
P.I.S. s/ folha de pagamento	30.858,11	19.151,54
IRRF s/ aplicações financeiras	315.847,16	94.545,36
Impostos e taxas	60.459,24	8.969,83
Remuneração de capitais de terceiros	405.612,64	89.513,28
Juros e outras financeiras	10.052,08	9.393,43
Aluguéis	395.560,56	80.119,85
Remuneração de capitais próprios	(113.114,48)	940.624,58
Superávit (Déficit) do exercício	<u>(113.114,48)</u>	<u>940.624,58</u>

Fundação Bunge

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividades preponderantes:

A Fundação tem como fins: a) promover anualmente a concessão de prêmios de estímulo à produção intelectual, denominados Prêmio Fundação Bunge e Prêmio Fundação Bunge Juventude, de acordo com os objetivos da sua instituição e na forma do Regulamento dos Prêmios; b) promover e patrocinar quaisquer outras atividades culturais, assistenciais e socioambientais.

Entidade social da Bunge Brasil, a Fundação Bunge foi criada em 1955. Reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 44.660 de 18 de outubro de 1958 e pela lei estadual 5132 de 07 de janeiro de 1959.

Tendo como foco principal a área de educação, iniciou suas atividades buscando incentivar as Ciências, Letras e Artes no País. Desde então, ampliou seu escopo de atuação, desenvolvendo ações de formação de educadores, voluntariado corporativo em escolas da rede pública e preservação de memória empresarial.

» Missão

Contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de ações que valorizem o avanço da ciência, a educação e a conservação dos recursos naturais.

» Visão

Valorizar a pessoa como agente de transformação para a construção de uma sociedade sustentável.

b) Valores:

» Integridade

» Respeito à diversidade

» Parceria

» Cidadania

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros. As demonstrações de valor adicionado – “DVA”, estão sendo apresentadas como informações suplementares às demonstrações financeiras.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O superávit (déficit) é apurado pelo regime de competência, com exceção das receitas de contribuições, uma vez que, por não ter fins lucrativos, a Entidade aufere das Empresas Mantenedoras parte substancial de suas receitas de contribuições, sendo registradas contabilmente quando do seu efetivo recebimento em caixa.

As receitas de aluguéis são reconhecidas no resultado de acordo com a competência do exercício, de forma linear, mediante valores (em R\$) acordados nos correspondentes contratos de aluguel.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são registrados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, que não excede ao valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber

Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Administração avalia o risco de realização dos créditos e, quando necessário, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação tem início quando o imobilizado começa a ser utilizado.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada período de relatório, o valor contábil dos ativos é revisado para determinar se há alguma indicação de que eles sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

g) Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

h) Provisões

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a Fundação optou pela aplicação das disposições integrais das Seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação possuía somente instrumentos financeiros básicos. Dessa forma, a Seção 12 do referido pronunciamento técnico torna-se não aplicável, haja vista referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A Seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e as contas a receber (nota explicativa nº 5).

Passivos financeiros

Reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

k) Tributação

A Entidade não tem fins lucrativos e é isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacam-se os seguintes: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (b) COFINS - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras e de aluguel segundo a legislação vigente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	-	-
Bancos	59	36
Aplicações financeiras	<u>9.269</u>	<u>9.089</u>
Total	<u>9.325</u>	<u>9.125</u>

As aplicações financeiras são representadas por debêntures do Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, remuneradas por taxas de 95% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e por uma aplicação automática do Banco Itaú S.A. por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com rentabilidade crescente de acordo com o tempo de permanência dos recursos em conta corrente. Os resgates ocorrem automaticamente sempre que a conta-corrente apresentar saldo negativo e a aplicação for totalmente garantida pelo Banco Itaú S.A.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aluguel - Bunge Alimentos S.A.	160	161
Aluguel - Ospace Apoio Operacional Ltda.	<u>-</u>	<u>250</u>
Total	<u>160</u>	<u>411</u>

O saldo total das contas a receber refere-se ao aluguel de dois andares do CENESP, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo – SP, sendo que um dos andares está disponível para locação e o outro locado para a empresa Bunge Alimentos S.A., uma das mantenedoras da Fundação, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Em 31 de dezembro de 2016, não havia saldo de contas a receber vencido (R\$125 em 2015). A Administração entende que as contas a receber são realizáveis nessa data, não havendo necessidade de provisão para os valores vencidos.

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	2016			2015		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Computadores e periféricos	20	72	(69)	3	72	(65)	7
Móveis e utensílios	10	175	(157)	18	157	(157)	-
Instalações	10	133	(133)	-	133	(133)	-
Edifícios	4	10.089	(8.445)	1.644	10.089	(8.015)	2.074
Total		<u>10.469</u>	<u>(8.804)</u>	<u>1.665</u>	<u>10.451</u>	<u>(8.370)</u>	<u>2.081</u>

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	2.081	2.489
Adições	18	-
Depreciação	<u>(434)</u>	<u>(408)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>1.665</u>	<u>2.081</u>

7. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	8	-
Férias a pagar	216	194
Gratificações a pagar	597	803
Encargos sociais	92	95
Outros	<u>59</u>	<u>26</u>
Total	<u>972</u>	<u>1.118</u>

8. CONTAS A PAGAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores de serviços	419	762
Contas a pagar com a Bunge Alimentos S.A. (*)	<u>-</u>	<u>13</u>
Total	<u>419</u>	<u>775</u>

(*) Referem-se a reembolsos de gastos com o programa de voluntariado incorridos pela Bunge Alimentos S.A., a serem reembolsados pela Fundação.

9. PROVISÃO PARA RISCOS

Não existem processos com riscos prováveis e possíveis de perda em nome da Entidade.

As declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios sociais e os impostos e as contribuições com períodos variáveis de prescrição estão sujeitos à revisão pelas autoridades competentes.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações recebidas (nota explicativa nº 1):		
Bunge Alimentos S.A.	6.188	5.462
Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia Ltda.	125	300
Total	<u>6.313</u>	<u>5.762</u>
Receitas de aluguel (nota explicativa nº 12):		
Bunge Alimentos S.A.	1.926	1.803
Total	<u>1.926</u>	<u>1.803</u>

b) Saldos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aluguéis a receber (nota explicativa nº 5):		
Bunge Alimentos S.A.	160	161
Total	<u>160</u>	<u>161</u>
Contas a pagar (nota explicativa nº 8):		
Bunge Alimentos S.A.	-	13
Total	<u>-</u>	<u>13</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Fundação é composto pelos bens e valores doados pelas Empresas Mantenedoras, por empresas coligadas e/ou terceiros, para garantir à Fundação a consecução de seus fins, bem como pelos bens e valores provenientes de qualquer outra origem, inclusive aquelas que mantêm financeiramente suas operações, por meio de aluguéis e da realização de atividades para fomentar o desenvolvimento e aprimoramento da educação e sustentabilidade em suas regiões de atuação.

O superávit do exercício sem restrição é transferido anualmente para o patrimônio social da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor apresentado como parcela do superávit com restrição “Outras reservas” nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, decorre do fato de a Fundação não ter incorrido em certas despesas incluídas na previsão orçamentária de 2015 e aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Administrativo. Essas despesas são substancialmente relacionadas às obras do “retrofit” das áreas comuns do CENESP, onde a Fundação detém dois andares alugados, conforme nota explicativa nº 5. A arrecadação das receitas de aluguel e doações e a destinação dos recursos pelos diferentes projetos sociais, bem como as despesas com pessoal e gerais e administrativas, levaram em consideração tais despesas, que não foram incorridas em sua totalidade, tendo em vista o atraso na evolução da obra pelo CENESP que, conseqüentemente, não efetuou a cobrança total da obra com os condôminos, incluindo a Fundação (que detém aproximadamente 2,5% da área comum do CENESP). Dessa forma, a reserva constituída em 2016 fora integralmente utilizada no exercício de 2016 de acordo com a o avanço do projeto para o qual as contribuições haviam sido recebidas sem que os custos tivessem sido incorridos, sendo que o cronograma de desembolso foi atrelado à esses mecanismos.

12. RECEITA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Receita de aluguéis	2.677	3.536
Doações (nota explicativa nº 1)	6.313	5.783
Receitas com trabalhos voluntários	280	-
Total	<u>9.270</u>	<u>9.319</u>

a) Receita de aluguéis

A receita de aluguéis refere-se ao arrendamento de dois andares do CENESP, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo - SP, para as Mantenedoras Bunge Alimentos S.A. (R\$1.926 em 31 de dezembro de 2016 e R\$1.803 em 31 de dezembro de 2015) e para a companhia Ospace Apoio Operacional Ltda. (R\$751 em 31 de dezembro de 2016 e R\$1.733 em 31 de dezembro de 2015).

b) Remuneração do pessoal-chave e voluntariado

O Presidente do Conselho de Administração e os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração nem benefícios, assim como profissionais do Grupo Bunge que eventualmente colaboraram com as ações listadas na nota explicativa nº 13.

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação teria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação, a partir do exercício de 2016, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive membros integrantes dos órgãos da Administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo “Receitas operacionais” em contrapartida do grupo “Despesas operacionais”.

No exercício de 2016, a Fundação recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de duas funções administrativas e fiscais, os quais seriam equivalentes ao valor justo total de R\$31. Ainda, a Fundação recebeu trabalhos voluntários no âmbito do Programa Comunidade Educativa, cujos voluntários nos exercícios de suas funções lúdicas e recreativas teriam o valor equivalente justo total de R\$250.

13. NATUREZA DAS DESPESAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e gratificações	(1.833)	(1.707)
Férias	(171)	(206)
13º salário	(122)	(212)
Benefícios a empregados, encargos e contribuições	(1.047)	(1.043)
Aluguel de imóveis	(395)	(80)
Despesas com telefone e energia elétrica	(31)	(22)
Despesas com viagens e passagens aéreas	(446)	(790)
Depreciação	(434)	(408)
Livros, jornais e revistas	(25)	(37)
Gastos com mídia	(244)	(361)
Reuniões e eventos	(932)	(758)
Serviços especializados e assessoria jurídica	(1.585)	(1.026)
Demais serviços profissionais (consultorias artísticas, “retrofit” CENESP e serviços prestados por entidades classistas do terceiro setor)	(1.891)	(2.032)
Doações	(420)	(420)
Despesas com trabalhos voluntários	(280)	-
Outros	(276)	(206)
Total	<u>(10.141)</u>	<u>(9.308)</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificadas em:		
Custo das atividades operacionais:		
Prêmio Fundação Bunge	(1.358)	(1.275)
Centro de Memória Bunge	(1.515)	(1.039)
Semear Leitores - voluntariado	(1.402)	(1.544)
Fundação Bunge 60 Anos	-	(468)
Comunidade integrada - Pará	(1.035)	(712)
Projeto Conhecer para Sustentar	-	2
Comunidade integrada - Tocantins	(52)	(321)
Despesas com trabalhos voluntários	(280)	-
Comunicação	(713)	(678)
Subtotal	<u>(6.355)</u>	<u>(6.241)</u>
Despesas com pessoal	(1.586)	(1.521)
Despesas gerais e administrativas	(2.191)	(1.750)
Outras despesas	(9)	-
Total	<u><u>(10.141)</u></u>	<u><u>(9.308)</u></u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras:		
Ganhos com aplicações financeiras	1.023	1.032
Outras	59	1
Total	<u><u>1.082</u></u>	<u><u>1.033</u></u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre aplicações financeiras	(316)	(95)
Outras	(8)	(9)
Total	<u><u>(324)</u></u>	<u><u>(104)</u></u>

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação mantém aplicações financeiras no montante de R\$9.325 na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (R\$9.125 em 2015), classificadas na categoria empréstimos e recebíveis. O valor contábil desses instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivale aproximadamente a seu valor justo, considerando os critérios de atualização contratados. Durante esse exercício, a Fundação não realizou operações com derivativos.

16. QUADRO DE PESSOAL

Superintendente Geral – Cláudia Buzzette de Calais

Gerente de Projetos Sociais – Juliana Santana

Coordenadora de Projetos – Carolina de Castro Nunes

Coordenador de Projetos – Paulo Ricardo de Souza Rita

Coordenadora de Comunicação – Anna Lúcia Barcelos Prada

Analista de Comunicação – Maria Claudete Pereira

Coordenadora do Centro de Memória – Ana Isabel Bezerra Ferraz

Técnica em Documentação CMB – Patrícia Almeida Rebouças – Até novembro 2016.

Analista de Atendimento CMB– Viviane Lima de Moraes

Analista Administrativo/Financeiro – Wellington Bezerra dos Santos

Assistente Administrativo/Financeiro – Beatriz Migliorim Sueiro